

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Curtas	2
Título: Venezuela faz operação secreta para vender reservas de ouro.....	2
Título: Destaque	3
Título: Produção de etanol de milho pode atingir 15 bilhões de litros.....	3
Título: Chesf tenta no TJ-DF reverter condenação de R\$ 500 milhões.....	5
Título: Destaques	8
Título: Delatores e ex-acionistas são grandes credores da ODB.....	8
Título: Juiz protege ações de Braskem de qualquer execução	11
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	13
Título: Casa dos Ventos investirá R\$ 2,4 bi em complexo eólico no Rio Grande do Norte	13
Título: Concessionária cobra R\$ 1 bi a mais por linhão	15
Título: Bancos públicos têm R\$ 17 bilhões em dívidas sem garantias com Odebrecht.....	16
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	18
Título: Juiz blinda as ações da Braskem até que grupo apresente plano a credor	18
VEÍCULO: O Globo.....	19
Título: Assim fica difícil.....	19
Título: Bolsonaro diz que Onyx será responsável pelo PPI	20
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	22
Título: Postos do DF voltam a aumentar a gasolina.....	22

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 19/06/2019**Seção:** Brasil**Autor:****Título:** Curtas

Gás natural

A Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro aprovou um novo marco regulatório para o mercado livre de gás natural. O objetivo das novas regras é tornar mais atrativa a migração de clientes do ambiente regulado para o livre e incentivar a instalação de novas termelétricas no Estado, segundo o governo fluminense. A adoção de legislações estaduais mais favoráveis à abertura do mercado de gás vem sendo tratada pelo governo federal como contrapartida para acesso ao chamado Plano Mansueto.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 19/06/2019**Seção:** Internacional**Autor:** Dow Jones Newswires**Título:** Venezuela faz operação secreta para vender reservas de ouro

O governo do presidente venezuelano Nicolás Maduro está vendendo as reservas em ouro do país. Parte delas passou por uma operação secreta no Leste da África, uma artimanha que evita as sanções impostas pelos EUA.

Em dois voos no começo de março, ao menos 7,4 toneladas de ouro, no valor de US\$ 300 milhões, foram transferidas da Venezuela para uma refinaria em Uganda, segundo autoridades da Venezuela e de Uganda, um diplomata estrangeiro e parlamentares venezuelanos da oposição.

O ouro chegou em aviões comerciais russos fretados, em dois carregamentos, no aeroporto internacional de Entebbe, segundo o porta-voz da polícia nacional ugandense, Fred Enanga. A documentação identificou os lingotes como propriedade do banco central venezuelano, segundo um funcionário do alto escalão da polícia de Uganda, que viu as barras e os documentos. Os registros de voo mostram que as viagens tiveram início em Caracas.

Os carregamentos expõem um elo de uma economia informal global que muito suspeitam estar ajudando Maduro a se manter no poder, contornando as sanções financeiras e econômicas dos EUA.

Aquela que já foi a economia mais rica da América Latina está agonizando. Suas vendas de petróleo definharam e a população sofre com cortes no fornecimento de energia que duram dias, e também com a carência de bens essenciais. As vendas de ouro, segundo autoridades dos EUA e outros países, são uma das últimas fontes de financiamento do governo Maduro.

O ouro venezuelano que chegou a Entebbe passou pela African Gold Refinery, ou AGR, antes de ser exportado para o Oriente Médio, segundo a polícia ugandense. Durante uma operação policial em 7 de março, as autoridades ugandenses apreenderam 3,6 toneladas de ouro, com lingotes carimbados com etiquetas que os identificam como propriedade do BC venezuelano. Mas um lote de 3,8 toneladas de ouro venezuelano já tinha sido enviado ao Oriente Médio, tendo como destino final a Turquia.

"É uma liquidação", diz o parlamentar venezuelano Ángel Alvarado. "O regime está raspando o tacho, vendendo tudo de valor para se manter vivo."

Porta-vozes do BC venezuelano e do Ministério da Informação não quiseram comentar a matéria.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/06/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaque

ANTT e a Vale

A ANTT aprovou os estudos que embasam a prorrogação dos contratos de concessão da Estrada de Ferro Carajás (EFC) e Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), que pertencem a mineradora Vale.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/06/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Produção de etanol de milho pode atingir 15 bilhões de litros

Diante da expansão da produção de milho no Brasil nos últimos anos e das áreas em que a "safrinha" ainda pode se expandir, o país tem potencial para produzir 15 bilhões de litros de etanol a partir do milho, afirmou Antonio Purcino, chefe geral da Embrapa Milho e Sorgo, em debate ontem no Ethanol Summit, em São Paulo. Na safra 2018/19, a produção de etanol de milho foi de 790 mil litros.

O crescimento dessa indústria dependerá da oferta doméstica de milho, que já excede as necessidades dos setores de ração e alimentos e possibilita uma exportação de mais de 30 milhões de toneladas por ano, ressaltou Purcino.

A estimativa leva em consideração que o milho "safrinha", com a produtividade atual, pode avançar ainda por 6,5 milhões de hectares, principalmente em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná. Essa expansão seria factível em um cenário de preços do milho de R\$ 20 por saca. Se o preço se mantiver acima desse patamar, o cultivo da "safrinha" pode avançar por 10,7 milhões de hectares, projetou. Essas áreas estariam espalhadas por Mato Grosso, Paraná, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rondônia e Distrito Federal.

Ele observou que tem ocorrido uma expansão "inesperada" do milho no sul do Piauí e no sul do Maranhão, mas afirmou que os preços na região ainda são elevados - o que pressionaria o custo de produção do biocombustível.

Segundo Purcino, esse potencial de aumento da oferta de etanol de milho pode ser incentivado pelo RenovaBio - política cujas metas vão entrar em vigor no ano que vem - e pelo avanço do biocombustível em outros países. Nessa frente, a expectativa maior é com a China, que também começará no ano que vem a misturar 10% de etanol na gasolina. A partir de 2020, a China deve demandar 18 bilhões de litros de etanol por ano para atender ao mandato.

Mas apenas a existência de demanda por etanol e de oferta de milho no país não garantem decisões de investimento na indústria.

Ontem, o Grupo São Martinho anunciou que firmou um protocolo de intenção para investir R\$ 350 milhões em uma usina de etanol anexa à sua unidade de cana em Quirinópolis (GO). A decisão para realizar o aporte pode vir após a empresa encontrar uma tecnologia viável e uma cadeia de fornecimento de milho na região que garanta uma produção competitiva, afirmou Fabio Venturelli, presidente da companhia, ao **Valor**. "Já somos os mais competitivos em cana, também temos que ser os mais competitivos em milho."

O aporte se torna mais viável com o compromisso do governo de Goiás de incluir o empreendimento no incentivo fiscal PRODUZIR, que financia parte do

ICMS das empresas. "É um ponto absolutamente relevante para uma decisão de investimento", afirmou Venturelli.

Se o projeto for adiante, a São Martinho competirá por milho com a usina flex (à base de cana e de milho) da SJC Bioenergia, joint venture entre o Grupo USJ e a Cargill, também em Quirinópolis.

Atualmente, a companhia já paga um prêmio sobre o preço do milho para exportação. "Temos que pagar esse prêmio para reter a carga que passa pela região e vai para o porto", disse Maria Carolina Ometto, presidente do Grupo USJ, ao **Valor**, após participar do debate ontem no Ethanol Summit.

Para Henrique Ubrig, presidente do conselho da FS Bioenergia - joint venture entre o Summit Agricultural Group e a Tapajós Participações -, o "preço de equilíbrio" do milho para a indústria de etanol está entre R\$ 20 e R\$ 25 a saca. Preços menores não devem mais prevalecer, avaliou. Por outro lado, uma alta mais expressiva, para R\$ 30 a saca, pode provocar "uma resposta na oferta" no ano seguinte, defendeu.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/06/2019

Seção: Legislação e Tributos

Autor: Joice Bacelo | De Brasília

Título: Chesf tenta no TJ-DF reverter condenação de R\$ 500 milhões

Uma disputa entre a Chesf, subsidiária da Eletrobras, e dez empresas geradoras de energia, todas parte de um mesmo grupo econômico, o Ventos Potiguares, poderá colocar em risco a estrutura energética do país, segundo a União. O caso envolve um pedido de indenização contra a Chesf de meio bilhão de reais - já aceito em primeira instância - em razão do atraso na construção de linhas de transmissão para o escoamento da energia gerada em um parque eólico do Rio Grande do Norte.

A questão será retomada hoje pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJ-DF). O julgamento começou no mês de março e foi suspenso por pedido de vista após o voto do relator do caso, o desembargador Josaphá Francisco dos Santos. Ele entendeu que a condenação da Chesf deveria ser mantida, atendendo, assim, o pleito das empresas do grupo Ventos Potiguares.

O voto-vista será apresentado pelo desembargador Robson Barbosa de Azevedo. Depois dele, um terceiro desembargador também votará a matéria. Se a decisão não for unânime, ou seja, se o placar final for de 2 a 1, ocorrerá o que se chama de "turma ampliada". Nessa situação mais dois julgadores são chamados para analisar o processo.

O imbróglio todo está no atraso nas obras das linhas de transmissão. A Chesf tem a concessão. Já as empresas do grupo Ventos Potiguaros venceram um outro leilão para implantar e explorar as centrais geradoras eólicas denominadas União dos Ventos 1 a 10, um complexo de energia eólica no Rio Grande do Norte.

Tanto o parque eólico como as linhas de transmissão deveriam ter ficado prontos em abril de 2012 - o que não ocorreu. Foi feito então um termo aditivo, por meio do operador nacional do sistema, e ficou estabelecido um novo prazo para o início das operações: abril de 2013.

Em 2013, o parque eólico - que é de competências das empresas do grupo Ventos Potiguaros - estava pronto para operar, mas as linhas de transmissão, que são de responsabilidade da Chesf, ainda não. Houve, então, um segundo aditamento do contrato e o prazo de início das operações foi repactuação para abril de 2014.

Foi por conta desse último atraso da Chesf que as empresas recorreram à Justiça. Elas alegam, no processo, que por não ter como escoar a energia produzida no parque, não conseguiram gerar receita, o que teria acarretado gastos acima do previsto com o seu agente financiador, o BNDES.

Além disso, já haviam vendido energia para as distribuidoras e como não conseguiram entregar, pela falta da linha, precisaram comprar no mercado livre. Os cerca de R\$ 500 milhões que são cobrados no processo vêm, em grande parte, dessas duas contas.

A União atua como interveniente nesse caso (processo nº 004861 1-24.2014.8.07.0001). À Justiça, informou, por meio da Advocacia-Geral da União (AGU), que o valor da indenização é três vezes maior do que a Chesf receberá em receitas durante todo o período de concessão das linhas de transmissão - que é de 30 anos - e, se mantido, poderá inviabilizar "totalmente a prestação do serviço".

"Esses valores são estratosféricos e capazes de colocar em risco toda a estrutura energética do país, caso venham a ser destinados do modo em que está fixado no presente processo, e sem que haja maiores considerações acerca do impacto econômico do tema ou quanto à própria repartição de responsabilidade no setor energético", afirma no processo.

Ao **Valor**, por meio de nota, a AGU citou um parecer técnico do **Ministério de Minas e Energia**, emitido no fim do ano passado, que trata dessa questão. Consta no documento que a rede da Chesf é formada por linhas de transmissão que interligam as principais usinas hidrelétricas dos estados do Nordeste. São

cerca de 20 mil quilômetros de extensão, o que representa mais de 20%, segundo o parecer, da composição da Rede Básica do Sistema Integrado Nacional (SIN).

"Para manter a operação e a segurança eletroenergética da região Nordeste e do Sistema Interligado Nacional, a concessionária Chesf deve ser preservada de qualquer risco de perda de receita, sob pena de comprometer a segurança do suprimento de energia à Região Nordeste, bem como assegurar o equilíbrio do suprimento eletroenergético do país", diz no texto.

Representante das empresas do grupo Ventos Potiguares nesse caso, o advogado Marcelo da Fonseca, do escritório Ulhôa Canto, diz que o relator do processo no tribunal não aceitou a União como parte e que as companhias pedem unicamente o ressarcimento dos prejuízos sofridos com o atraso na entrega das linhas de transmissão.

Mais de 70% do valor da indenização, ele afirma, trata do custo que as empresas tiveram para comprar energia no mercado livre e arcar com o contrato que já havia sido firmado com a distribuidora. Ele acrescenta que foram feitas duas perícias sobre esse caso, uma atestou o atraso pela Chesf e a outra tratou dos prejuízos especificamente.

"Quem deu causa ao atraso tem que pagar", sustenta o advogado. "Ou o prejuízo vai ficar com a empresa que agiu de forma correta, que não foi a responsável pelo atraso e ainda comprou a energia no mercado para honrar o seu contrato?" questiona.

Já o advogado Francisco Caputo, do escritório Caputo, Bastos e Serra Advogados, que atua pela Chesf nesse caso, argumenta que a concessionária cumpriu o termo aditivo que foi firmado com o operador nacional do sistema e diz, sobre o atraso na construção da linha, que ela foi multada em 65% do valor que receberia em um ano de concessão.

"O operador nacional do sistema é quem faz o contrato de transmissão com as empresas geradoras", pondera. Ou seja, quem contratou e prometeu para a Ventos Potiguares que teria condição de escoar a produção foi o operador do sistema e ele sequer é parte no processo", acrescenta, afirmando que essa situação, por si só, já seria uma falha.

Francisco Caputo diz ainda que não há no sistema de energia do país previsão para esse tipo de indenização. "Não está previsto no contrato, não está previsto na concessão e não se tem seguro para isso", afirma. "Se virar norma que o atraso da transmissora ou uma falha no serviço da transmissora vai gerar esse direito à geradora de energia, o sistema vai quebrar."

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 19/06/2019**Seção:** Legislação e Tributos**Autor:****Título:** Destaques

Rompimento de barragem

A 7ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de Minas Gerais confirmou e ampliou a condenação das empresas Integral Engenharia, Samarco Mineração, BHP Billiton Brasil, South32 Minerals, WMC Mineração e Vale ao pagamento de indenizações por danos morais e materiais, no total de R\$ 2,15 milhões, à mãe e à companheira de um trabalhador morto por ocasião do acidente na barragem de Mariana. O desembargador Fernando Antônio Viégas Peixoto, relator no processo (nº 0010006-59.2016. 5.03.0111), rejeitou os argumentos das rés de que sempre adotaram todas as medidas de segurança do trabalho e que os fatos que levaram ao rompimento da barragem de rejeitos da Samarco Mineração foram inesperados, decorrentes de força maior. Segundo observou o relator, o acidente que levou à morte do trabalhador ocorreu quando ele prestava serviços para Integral Engenharia, em obra próxima à Barragem do Fundão, de propriedade da Samarco, que se rompeu, gerando, nas palavras dele, "um dos maiores desastres ambientais e humanos de que se tem notícia". O julgador considerou claro e indiscutível o elevado grau de culpabilidade de todas as rés, no caso.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 19/06/2019**Seção:** Empresas**Autor:** Ivo Ribeiro e Stella Fontes | De São Paulo**Título:** Delatores e ex-acionistas são grandes credores da ODB

Depois dos credores financeiros (bancos, detentores de títulos e seguradoras) e de ex-acionistas minoritários da Odbinv, controladora da Odebrecht S.A., os nomes de executivos que fecharam delações premiadas com a Operação Lava-Jato se destacam na lista dos grandes débitos do grupo. O patriarca da família, Emílio Odebrecht, e o filho Marcelo, que cumpre prisão domiciliar, também têm créditos milionários a receber, dentro da montanha de R\$ 98,5 bilhões que levou ao pedido de recuperação judicial, protocolado anteontem.

Os compromissos não honrados pela Odebrecht com os ex-executivos referem-se principalmente a planos de incentivo de curto e longo prazos, identificados pelas ICP e ILP. Boa parte desses créditos foram transformados em ações da Odbinv. Com o aprofundamento da crise no decorrer da Operação Lava-Jato, os executivos concordaram em trocar as ações por "um contas a receber" que nunca foi pago, informa uma fonte ao **Valor**.

Apenas Emílio, que ficou à frente do conselho de administração da Odebrecht até meados de 2018, tem R\$ 69 milhões em garantias a receber, além de cerca de R\$ 11 milhões relacionados a incentivos de curto prazo e outro crédito de R\$ 1,4 milhão.

Marcelo Odebrecht, que foi preso em 19 de junho de 2015 e liberado para prisão domiciliar em dezembro de 2017, aparece com R\$ 16,2 milhões a receber do grupo do qual é um dos controladores. O empresário foi presidente da Odebrecht a partir de 2008, mantendo o cargo até sua prisão.

No grupo de delatores, os maiores valores são devidos a executivos que compunham o time de confiança de Marcelo, ocupando cargos estratégicos no conglomerado. Entre esses nomes estão Hilberto Mascarenhas, Benedicto Barbosa, Márcio Faria, Luiz Antônio Mameri, Euzenando Prazeres de Azevedo, Carlos Fadigas, Paul Altit e Fernando Reis. Este último, todavia, não aparece na extensa lista dos credores do grupo.

O **Valor** listou 15 nomes que aparecem no quadro geral de credores da Odebrecht, de um universo de 78 delatores. Esse pequeno grupo, que foi protagonista no comando de negócios da Odebrecht na gestão de Marcelo, tem a receber quase R\$ 352 milhões.

O centro da estrutura montada pela Odebrecht para operar o esquema de pagamentos de propina era o chamado "Setor de Operações Estruturadas". Um dos chefes foi Hilberto Mascarenhas, que tem R\$ 24,6 milhões em incentivos de longo prazo a receber. Benedicto Barbosa, ex-presidente da Odebrecht Infraestrutura, também liderou o setor de gestão de propinas e aparece com um crédito de R\$ 14,4 milhões.

Ex-diretor da construtora, Márcio Faria tem créditos que totalizam R\$ 74,6 milhões a receber do grupo. No caso de Jorge Barata, ex-diretor da Odebrecht no Peru, o crédito junto ao grupo ronda R\$ 10 milhões.

Ex-diretor de relações institucionais da Odebrecht, Claudio Melo Filho transitava pelos bastidores de Brasília. O lobista parlamentar tinha fácil acesso a políticos do Congresso Nacional. A fatura de Melo contra o grupo atinge R\$ 8,9 milhões.

Até 2017 à frente da diretoria de Relações Institucionais da Odebrecht, Alexandrino de Alencar aparece na lista de credores com um crédito de R\$ 2,5 milhões, também referentes a incentivos de longo prazo. O ex-presidente da Braskem Carlos Fadigas tem quase R\$ 6 milhões em incentivos de curto prazo que não foram pagos, além de cerca de R\$ 13 milhões referentes ao plano de longo prazo. Paulo Cesena, ex-presidente da Odebrecht Transport, tem créditos de R\$ 6,6 milhões.

Com atuação em Minas Gerais e Espírito Santo, Sérgio Luiz Neves, ex-superintendente da Odebrecht Infraestrutura, aparece na lista com a quantia de R\$ 4 milhões. Da mesma forma, o ex-executivo Paul Altit, que deixou a diretoria financeira da Braskem para liderar o negócio imobiliário do grupo, a OR. Ele tem a seu favor a soma de R\$ 7,7 milhões.

Os malfeitos da Odebrecht não ficaram limitados à fronteira nacional e executivos que comandavam operações fora do Brasil também delataram pagamentos irregulares feitos a políticos de vários países latino-americanos. Ex-diretor da Odebrecht na América Latina, Luiz Antonio Mameri tem a receber R\$ 28,9 milhões. Já Ernesto Sá Baiardi, que foi diretor em Angola, aparece com R\$ 11,1 milhões. À frente da operação na Venezuela, onde a construtora da Odebrecht executou obras diversas, como o metrô de Caracas, estava Euzenando Prazeres de Azevedo. A dívida do grupo com o ex-executivo e delator é de R\$ 42,5 milhões.

Se forem consideradas dívidas com ex-executivos, executivos atuais e delatores, a cifra supera com a marca de R\$ 1,5 bilhão.

Por outro lado, ex-acionistas minoritários da Odbinv, holding controladora da Odebrecht S.A. computam aproximadamente R\$ 2,4 bilhões a receber pela venda de ações que detinham na holding ao deixarem cargos executivos no grupo, de acordo com a relação de credores anexada ao pedido de recuperação judicial. Esse valor, no mínimo, dobra - não computada a atualização - se for considerado o débito da Odebrecht com a família Gradin, que trava uma disputa judicial com os antigos sócios pela sua participação de 20,6% na Odbinv.

Segundo a relação de credores quirografários, a maior dívida relacionada à recompra de ações da Odbinv é com herdeiros de Aluizio Rebello de Araújo, que foi vice-presidente da construtora, no valor de R\$ 892,6 milhões. Na sequência, aparece o ex-diretor da construtora e ex-conselheiro da holding, Luiz Fernando Souza Vilar, com montante de R\$ 740 milhões.

Amigo de Emílio Odebrecht, Renato José Baiardi, ex-presidente da Odebrecht Engenharia e Construção, tem a receber R\$ 417,7 milhões pela venda de suas ações, enquanto o ex-presidente do grupo e ex-presidente do conselho de

administração Newton Sérgio de Souza tem R\$ 268,6 milhões. Ele deixou a empresa no ano passado.

O ex-presidente da Braskem e a da antiga ETH Bioenergia, José Carlos Grubisich, recebeu quatro das seis parcelas referentes ao pagamento pela revenda de ações da Odbinv e ainda tem R\$ 67,7 milhões em aberto, conforme consta na lista de credores do grupo.

A Graal Participações, holding da família Gradin, pleiteia o recebimento de ao menos R\$ 2,5 bilhões pelo exercício do direito de venda de suas ações na holding contra a Kieppe Participações, da família Odebrecht. Atualizado, esse valor estaria em torno de R\$ 6,4 bilhões, conforme apurou o **Valor**. Como exerceu o direito de venda em setembro de 2015, os Gradin poderão pleitear valor, já atualizado, na faixa de R\$ 14 bilhões.

Em maio, Grubisich e os Gradin iniciaram ações contra a Odebrecht, de produção antecipada de provas e de execução de dívida, respectivamente, contra a Odbinv.

O fato dos créditos dos dois grupos aparecerem na lista não significa que serão recebidos integralmente com a aprovação do plano. Poderão sofrer cortes, como forma de adequar-se à capacidade de pagamento da Odebrecht pós plano de recuperação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/06/2019

Seção: Empresas

Autor: Graziella Valenti | De São Paulo

Título: Juiz protege ações de Braskem de qualquer execução

A recuperação judicial da Odebrecht, de R\$ 98,5 bilhões, protegerá o grupo não apenas contra a execução de dívidas por credores como também impedirá que as companhias que foram dadas em alienações fiduciárias a bancos - a petroquímica Braskem, a de navios-sonda Ocyan e a produtora de etanol Atvos - sejam vendidas. O juiz João de Oliveira Rodrigues Filho acatou todas as solicitações feitas pelo grupo ainda no fim da noite da segunda-feira, data do pedido levado à 1ª Vara de Falências,.

Como as ações dessas três controladas foram cedidas em garantia, as dívidas a que estão atreladas são consideradas extraconcursais - e, portanto, não são elegíveis para a recuperação judicial. Em tese, isso deixaria esses credores livres para executar tais ativos, ou seja, solicitar a venda dos papéis, pois a recuperação judicial leva a uma antecipação de todos os vencimentos. Mas a

Odebrecht se adiantou e pediu que isso fosse evitado. O juiz garantiu o pleito por meio de uma decisão liminar.

Braskem, Ocyan e Atvos foram descritas na petição inicial da ODB como ativos essenciais à sobrevivência do conglomerado. A petroquímica é a mais relevante das três e respondeu por cerca de 80% da receita de todo o grupo em 2018. É a única que possui ações listadas na B3. A participação da Odebrecht, de 38% do capital total, é avaliada hoje em R\$ 10,8 bilhões, a preços de bolsa.

Conforme o **Valor** apurou, caso os bancos credores se comprometam a não executar as ações, a Odebrecht não descartaria substituir a liminar por um acordo vigente pelo período da recuperação, até a aprovação do plano em assembleia. O pedido ao juiz foi com base no artigo 49 da Lei de Falências. Embora as ações não sejam bens físicos (como os exemplificados no texto da lei), são os únicos ativos de uma sociedade holding e, por isso, cabem na finalidade prevista na legislação.

"Sem dúvida", afirma o juiz na decisão, "a retenção das ações (...) permitirá se chegar numa solução mais sólida de soerguimento da atividade, até mesmo pela maior tranquilidade de construção de plano de recuperação (...), sem prejuízo de um ambiente de diálogo com os credores antes da AGC [assembleia geral de credores]".

Essas empresas não são importantes só para sustentação da Odebrecht durante a recuperação judicial. São os ativos que servirão como pilar da própria renegociação das dívidas, em especial a Braskem, a Atvos e mais a construtora OEC - após sua própria recuperação extrajudicial para reequilibrar débitos de R\$ 12 bilhões.

Embora débitos extraconcursais fiquem de fora das recuperações judiciais, não é raro que sejam rediscutidos na negociação geral. Isso em especial quando os credores quirografários (sem nenhuma garantia) são em boa medida os mesmos, como é o caso da Odebrecht.

O grupo cedeu as três companhias durante as reestruturações financeiras que teve de fazer após a Operação-Lava Jato, a partir de 2016. No total, o grupo reorganizou R\$ 27 bilhões em compromissos. A Braskem foi dada em garantia, pela primeira vez, em 2016. Depois disso, tal contrato foi aditivado duas vezes e hoje garante R\$ 12,7 bilhões em créditos de Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, BNDES e Santander. Ocyan atende exclusivamente ao BNDES e Atvos, a credores do Peru.

Na época desses acordos, houve críticas à opção do conglomerado. Pessoas próximas ao grupo e especialistas defendiam que a Odebrecht deveria ter

pedido a recuperação judicial antes de ceder todos seus principais negócios aos bancos. O argumento é que os ativos mais valiosos foram "consumidos" sem resolver as dívidas de forma definitiva e reestruturante.

A Odebrecht buscou, até a véspera do pedido à Justiça, uma negociação privada com os bancos brasileiros. Mas, alguns atores envolvidos nas conversas passaram a defender que o ambiente judicial seria o único seguro para promover uma reorganização das finanças envolvendo as garantias já fornecidas em outras renegociações.

No fim da tarde de ontem, aconteceu a primeira audiência entre representantes da Odebrecht e dos principais bancos credores - com exceção de Itaú - e o juiz. O tema das garantias foi abordado. Inicialmente, o encontro era sobre Atvos, que está em recuperação judicial desde 29 de maio, mas o debate se ampliou.

Os credores mostraram disposição de negociar. As conversas a respeito de rever as garantias com Braskem já vinham ocorrendo antes e a ideia estava avançando, segundo diversas pessoas envolvidas no debate.

Na petição inicial, a Odebrecht relatou ao juiz a existência de um acordo com os bancos credores para ficar com R\$ 500 milhões de dividendos que possam vir a ser pagos pela petroquímica, relativos a uma distribuição de R\$ 2,67 bilhões já aprovada pelo conselho de administração da empresa. O pagamento ficou pendente devido a um embate com Ministério Público de Alagoas e, por isso, será reavaliado pelo conselho. A fatia da Odebrecht seria de R\$ 1 bilhão, mas ela ficará só com metade, se houver ratificação pelo colegiado. Desde que assumiram as ações em garantia, há três anos, os bancos é que recebem os proventos. Neste ano, terão apenas uma parte.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/06/2019

Seção: Economia

Autor: AGÊNCIAS INTERNACIONAIS

Título: Casa dos Ventos investirá R\$ 2,4 bi em complexo eólico no Rio Grande do Norte

Turbinado. De olho no mercado livre, empresa pretende fazer com que clientes se tornem sócios do projeto, isentando-se de tributos por produzirem própria energia; com potência instalada de 445 MW, complexo pode ter capacidade dobrada em segunda etapa

A desenvolvedora de projetos de energia Casa dos Ventos investirá cerca de R\$ 2,4 bilhões em um complexo de geração eólica no Rio Grande do Norte, que ainda poderá ter a capacidade quase duplicada no futuro. "O recurso eólico em

Rio do Vento (no RN) está entre os melhores do mundo", afirma Lucas Araripe, diretor de novos negócios da Casa dos Ventos. "Tem vento constante, de velocidade, alta densidade e com desvio padrão muito baixo: quando junta-se esse vento excepcional com a grande escala do projeto, chega-se a um custo de geração de energia muito baixo."

O empreendimento terá potência instalada de 445 megawatts, com equipamentos da dinamarquesa Vestas, que fornecerá 106 turbinas ao complexo. O valor do contrato não foi divulgado. Os suportes do motor serão produzidos na fábrica da Vestas no Ceará, enquanto que as pás e torres também serão produzidas localmente, de acordo com as regras do Finame II do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Modelo de negócio. Segundo Araripe, cerca de 5% da produção já foi vendida em leilão realizado pelo governo brasileiro no ano passado, enquanto o restante será oferecida a consumidores no chamado mercado livre de eletricidade, no qual grandes empresas podem negociar diretamente seu suprimento. "Trabalhamos agora para vender essa energia", afirmou. "Estamos conversando com grandes consumidores."

A empresa irá agora buscar financiamentos junto ao BNDES e ao Banco do Nordeste (BNB) para o empreendimento, que tem operação prevista para o segundo semestre de 2021. Também não estão descartadas emissões de debêntures para levantar recursos. O complexo eólico de Rio do Vento é dividido em diversas usinas, e eventualmente os interessados poderão fechar contratos que incluam uma opção de compra futura de uma ou mais unidades do parque.

Ao se tornar sócios do projeto, os clientes podem ter acesso à energia por custos menores, afirmou Araripe. A regulação do setor elétrico isenta de alguns encargos empresas que investem na produção da própria eletricidade. "Podemos assinar contratos normais de longo prazo ou dar ao cliente a opção de compra de uma fatia do projeto referente ao consumo dele, para ser sócio", disse. "Ele vira sócio depois, sem o risco de implantação e construção."

O projeto da Casa dos Ventos tem potencial para uma segunda fase que poderia levar a capacidade a 950 megawatts. Tanto a linha de transmissão quanto a subestação do empreendimento serão construídos levando em conta essa futura expansão. De acordo com Araripe, a expansão deverá ser viabilizada mais à frente, devido a limitações para conexão à rede na região do parque.

Enquanto isso, a empresa deve fazer o próximo investimento em um projeto de até 400 megawatts na Bahia, para o qual pretende começar a buscar contratos após concluir as negociações para venda da energia de Rio do Vento.

Araripe disse ainda que pretende replicar nos novos projetos a estratégia adotada no Rio Grande do Norte, negociando uma parcela mínima de energia em leilões do governo para depois buscar contratos no mercado livre. Isso porque os valores pagos pela energia leilões federais têm caído em meio ao interesse de investidores pelos contratos e a baixa demanda por energia, que acirram a competição nos certames, nos quais vencem usinas com menor tarifa final.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/06/2019

Seção: Economia

Autor: André Borges / BRASÍLIA

Título: Concessionária cobra R\$ 1 bi a mais por linha

Sem licenciamento ambiental, sete anos após leilão, empresa diz que só acumulou despesas

As dificuldades do governo em liberar as obras da linha de transmissão que ligará Manaus (AM) a Boa Vista (RR), um projeto que tem tirado o sono do presidente Jair Bolsonaro, não estão limitadas aos problemas com licenciamento ambiental ou impacto a terras indígenas de Roraima. O problema, agora, é dinheiro.

Mais de sete anos depois de ter vencido o leilão para construir a linha de transmissão, último trecho que falta no País para interligar a rede nacional de energia, a concessionária Transnorte, formada pela estatal Eletronorte e a empresa Alupar, não conseguiu avançar nem um milímetro sequer no projeto, porque não obteve licença ambiental. O governo, agora, promete autorizar a obra e está com o licenciamento em vias de ser autorizado, mas a empresa colocou uma conta extra na mesa: a concessionária cobra R\$ 966 milhões a mais, sob alegação de que foi prejudicada pelo atraso sem ter culpa de nada.

A informação consta de um ofício emitido na sexta-feira passada pela Agência Nacional de energia Elétrica (Aneel), documento ao qual o Estado teve acesso. No parecer, a empresa argumenta que acumulou despesas que não previa por causa das exigências ambientais e sucessivos adiamentos do projeto. Para reequilibrar seu contrato, que tem validade de 30 anos, a Transnorte propõe um parcelamento do crédito. Como o pagamento dessas concessionárias é feito anualmente, durante o tempo da concessão, a empresa apresentou uma fatura anual de R\$ 395,7 milhões, a ser paga pelos próximos 27 anos. Trata-se de um valor bem superior ao preço previsto em seu contrato original, de 2011, que previa o pagamento de R\$ 121,1 milhões por ano, a preços da época. A área técnica da Aneel não concorda com a cobrança.

No meio do caminho. Depois de analisar o pedido, a agência rejeitou uma série de argumentos da empresa, sob justificativa de que ela sempre soube que havia uma terra indígena no meio do caminho da linha. "O vencedor da licitação não pode se eximir ou alegar desconhecimento de tais fatores", afirmou a agência. Por outro lado, a Aneel reconheceu que "não era razoável inferir, ou inferir como previsível, que o processo de licenciamento ambiental, incluindo embargos judiciais, fosse demandar mais de sete anos de discussão com a comunidade indígena e o Estado".

Ao pesar os argumentos, a Aneel chegou a uma outra conta – bem inferior – e propõe o pagamento anual de R\$ 256,9 milhões, pelo prazo de 19 anos e meio. O Estado apurou que a Transnorte se reuniu nesta semana para tratar do assunto. Tanto a Alupar quanto a Eletronorte, donas da concessionária, foram procuradas para comentar o assunto, mas não responderam ao pedido de entrevista até o fechamento desta reportagem. A Aneel não comenta o tema, que ainda precisa passar pela diretoria colegiada da agência. **O Ministério de Minas e energia (MME)** também não se manifestou.

A falta de acordo pode reforçar o desejo da concessionária de pedir a extinção do contrato. A Aneel já chegou a concordar com esse pedido da empresa, mas o MME negou e quer ver a linha em construção.

O presidente Bolsonaro tem cobrado incisivamente a liberação da linha. Leiloada em setembro de 2011, a rede Manaus-Boa Vista tinha prazo de três anos para ficar pronta, com entrada em operação prevista para janeiro de 2015. Do total de 721 km do traçado previsto para ser erguido em área próxima da BR-174 que liga as duas capitais, 125 km passam dentro da terra indígena waimiri atroari, onde estão 31 aldeias e vivem 1,6 mil índios. Os povos indígenas não são contra o projeto, mas exigem que sejam consultados e que tenham seus pedidos atendidos por causa dos impactos ambientais.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/06/2019

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira Cynthia Decloedt Aline Bronzati

Título: Bancos públicos têm R\$ 17 bilhões em dívidas sem garantias com Odebrecht

Proteção. Com R\$ 7 bilhões a receber, BNDES é o maior credor do grupo baiano nessa categoria de empréstimo, que não é garantido por bens, como ações ou imóveis; pedido de recuperação judicial, o maior na história do País, foi aceito ontem pela Justiça

Bancos públicos devem ter desconto grande sobre dívida; privados têm R\$ 1,3 bi sem garantia

Os bancos públicos e o fundo de investimento do FGTS (FI-FGTS) são os maiores credores do Grupo Odebrecht S.A. sem garantias reais, como ações e imóveis. Essas instituições detêm quase R\$ 17 bilhões de dívidas nessa categoria dentro da recuperação judicial da companhia, que foi aceita ontem pela Justiça. O processo da Odebrecht, que tem dívidas de R\$ 98,5 bilhões, é considerado o maior da história.

Sem garantias, os bancos públicos vão para o fim da fila de pagamento dos credores, na frente apenas dos acionistas. Além disso, deverão ter um desconto grande sobre o valor principal, dependendo das negociações na assembleia. Nessa categoria de empréstimos, o maior credor é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A instituição tem cerca de R\$ 7 bilhões em créditos da Odebrecht. Em seguida, aparece o Banco do Brasil, com R\$ 4,75 bilhões; e a Caixa, com R\$ 4,13 bilhões. O crédito do FIFGTS é de R\$ 902 milhões.

Na outra ponta, estão os bancos privados – Bradesco, Santander e Itaú. Juntos, eles têm uma dívida a receber de R\$ 1,3 bilhão, sem garantias. Em contrapartida, detêm um crédito de R\$ 8,4 bilhões, com garantias, sobretudo em ações da Braskem. No caso de Bradesco e Itaú, que têm o maior montante segurado com os papéis da petroquímica, o valor foi elevado em 2018, quando os dois bancos aceitaram fazer um novo aporte de R\$ 2,6 bilhões no grupo.

Do total de R\$ 14,5 bilhões de dívidas com garantias, que não entraram na recuperação judicial, os bancos públicos possuem fatia de apenas R\$ 6 bilhões.

Contestação. O BNDES contesta as informações do processo judicial. Em nota, o banco de fomento afirmou que todas as operações firmadas com a Odebrecht têm garantias reais e pessoais. "O banco apresentará sua manifestação no âmbito da recuperação judicial de modo a obter o correto reconhecimento do valor, classificação dos seus créditos." A Caixa informou que a operação é protegida por sigilo bancário, e, por isso, não se manifestaria. BB e bancos privados não comentaram.

Segundo especialistas, a prática de conceder crédito sem garantias não é incomum. Em muitos casos, os bancos avaliam o risco da empresa e, em vez de exigir garantias, incluem nos contratos os chamados covenants – cláusulas com indicadores financeiros que não podem ser descumpridos sob pena de o vencimento de dívidas ser antecipado. Vale e Petrobrás, por exemplo, têm boa parte da dívida atrelada apenas a esses mecanismos, segundo um especialista em estruturação de dívida.

A Odebrecht fazia parte desse rol de empresas. Em determinado momento, com o forte crescimento econômico e a expansão dos negócios do grupo, as instituições estavam "confortáveis com o risco da empresa", disse um executivo de um grande banco. A companhia dava garantias específicas para alguns projetos, mas pegava muita dívida corporativa sem garantia. Exemplo disso, é que entre 2008 e 2015, o endividamento do grupo saltou de R\$ 18 bilhões para R\$ 110 bilhões.

No caso do BNDES, há um agravante: além de conceder financiamentos para projetos específicos, como hidrelétricas e rodovias, que tinham como garantia a própria receita do negócio, o banco também dava garantias para contratos da empresa com terceiros. Ou seja, se hoje a Odebrecht não pagar um determinado contrato, quem pagará a conta é o BNDES, afirma um advogado.

Impacto. Apesar da dívida bilionária, a recuperação judicial da Odebrecht deve ter impacto limitado nos grandes bancos, segundo a casa de análise financeira Eleven Financial. Isso porque as instituições já separaram recursos para eventuais calotes. "Hoje, eles apresentam níveis de provisionamento mais elevados em relação aos patamares de 2015-2016, período em que sofreram impactado de alguns casos decorrentes da Lava Jato", diz a analista Tatiana Brandt, em relatório ao mercado.

Os empréstimos da Odebrecht com bancos brasileiros totalizam cerca de R\$ 32 bilhões. Segundo Tatiana, o BB deve ser o principal prejudicado, já que detém a maior exposição, com menor garantia e sem reserva de provisão adicional. Segundo ela, seus pares privados guardaram recurso em excesso para ser absorvido: Bradesco tem R\$ 6,9 bilhões, Itaú, R\$ 5,9 bilhões, e Santander, R\$ 1,6 bilhão.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 19/06/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Juiz blinda as ações da Braskem até que grupo apresente plano a credor

SÃO PAULO E BRASÍLIA- O juiz João de Oliveira Rodrigues Filho, da 1ª Vara de Falências da Justiça de São Paulo, aprovou nesta terça-feira (18) o pedido de recuperação judicial da Odebrecht. Com uma dívida de R\$ 98,5 bilhões, é o maior processo da história do Brasil. Estão incluídas 21 empresas do grupo, incluindo as holdings ODB e Kieppe. As principais empresas operacionais não fazem parte do processo.

Compõem o pacote R\$ 51 bilhões em débitos diretamente sujeitos à recuperação judicial, R\$ 14,5 bilhões extra concursais — que possuem garantias extras, como as ações da Braskem — e R\$ 33 bilhões em dívidas com empresas dentro do grupo.

A partir de agora, a Odebrecht terá 60 dias, prorrogáveis por mais 30, para apresentar um plano de recuperação, que precisa ser aprovado numa assembleia de credores. A empresa vem sendo assessorada pelo escritório E. Munhoz Advogados e pela RI< Partners.

Segundo apurou a reportagem, o objetivo do grupo baiano é deixar as empresas operacionais com uma dívida compatível com seu tamanho e colocar todo o débito "extra" nas holdings.

Esse débito seria pago num prazo bastante alongado, com juros baixos, e, eventualmente, até com um corte do valor. A estratégia, no entanto, só será bem-sucedida se a Odebrecht conseguir vender ativos e se os negócios se recuperarem.

O juiz garantiu na decisão um dos principais pleitos da empresa: bloquear qualquer tentativa dos credores de arrestar ações de Braskem (petroquímica), Ocyan (petróleo) e Atvos (agroindustrial) até a apresentação do plano de recuperação.

As participações nessas empresas foram concedidas como garantias a diversos credores e havia o risco de execuções. A Odebrecht argumentou em sua petição que essas empresas geram caixa e, portanto, são fundamentais para sua sobrevivência.

Sociedade com a Petrobras, a Braskem é a empresa mais saudável e respondeu por 79,4% das receitas do grupo Odebrecht em 2018. Nos últimos cinco anos, pagou R\$ 5,5 bilhões em dividendos aos acionistas — R\$ 2,1 bilhões para o grupo baiano.

Boa parte de suas ações já foi dada em garantia aos bancos. O BNDES encabeça a lista de credores, com R\$ 10 bilhões — R\$ 7 bilhões concursais e R\$ 3 bilhões extra concursais (com garantia de ações da Braskem).

VEÍCULO: O Globo

Data: 19/06/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Assim fica difícil

Do começo de maio até agora, o preço médio da gasolina nas refinarias caiu R\$ 0,25 por litro. Já o preço ao consumidor final caiu só... R\$ 0,03 por litro. Ou seja: as distribuidoras aproveitaram pra engrossar suas margens.

Ameaça de nova frente fria

Veja como a situação fiscal do Rio pode se complicar caso a partilha dos royalties e participações especiais do petróleo seja revista — o que será analisado pelo STF em novembro. Dados de maio da ANP mostram que o estado do Rio e seus municípios têm previsão de R\$ 128 bilhões em receitas entre 2019 e 2023. Com a nova regra, aprovada em 2012 pelo Congresso e questionada pelo Rio no Supremo, nossa previsão de arrecadação cairia R\$ 68,4 bilhões no período. Se liga, Rio.

VEÍCULO: O Globo

Data: 19/06/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Bolsonaro diz que Onyx será responsável pelo PPI

Programa de privatizações em infraestrutura tem ampla carteira de projetos e é atualmente vinculado à Secretaria de Governo. Expectativa é de mudanças na área com novo papel do BNDES, que deve acelerar desestatizações

JUSSARA SOARES, GERALDA DOCA E GUSTAVO MAIA

BRASÍLIA- O presidente Jair Bolsonaro anunciou ontem que o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) — que tem uma ampla carteira de projetos do setor de infraestrutura, como estradas, aeroportos e poços de petróleo — deverá passar para os cuidados do ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni. Atualmente, o programa é subordinado à Secretaria de Governo.

— O PPI, está sendo discutido isso, deve ir ali para o Onyx. Não vamos ter problemas com essa nova configuração. Todos se conscientizam que cada um trabalha para um objetivo comum que é o bem-estar da população brasileira — disse o presidente.

Em maio, o governo adicionou 59 novos projetos ao programa, como o megaleilão do pré-sal. Em 30 anos, o conjunto deve resultar em R\$ 1,6 trilhão em investimentos.

As mudanças ocorrem após a saída do ministro Carlos Alberto dos Santos Cruz do comando da Secretaria de Governo. O novo titular da pasta será o general da

ativa Luiz Eduardo Ramos, que deve assumir o cargo em julho, após se licenciar do Exército.

"MELHOR ESCOLHA POSSÍVEL"

No início do ano, havia a expectativa, no Ministério da Economia, que o PPI pudesse passar para as mãos do secretário especial de Desestatização, Salim Mattar. A transferência do PPI para a pasta estava prevista no programa de governo de Bolsonaro. No entanto, os generais entraram na disputa e ele acabou ficando com a Secretaria de Governo.

Segundo interlocutores da área econômica, Mattar teria se queixado a amigos que não estava conseguindo entregar resultados e que os leilões realizados com êxito pelo governo foram organizados no âmbito do PPI, ainda na gestão do ex-presidente Michel Temer.

Como também acaba de haver uma troca no comando do BNDES, que será presidido pelo número dois da secretaria de Mattar, Gustavo Montezano, técnicos esperavam que o PPI fosse integrado ao trabalho que será feito em parceria com o banco de fomento. Uma das prioridades do governo para o banco é acelerar o andamento das privatizações.

Perguntado ontem sobre sua expectativa em relação a Montezano, Bolsonaro afirmou que é "a melhor possível".

— Jovem, empreendedor, inteligente. Tem tudo para dar certo — afirmou, em sua primeira declaração pública sobre a indicação.

Ele confirmou que já conhecia Montezano, que já morou no mesmo prédio que Bolsonaro, mas disse se tratar de uma coincidência e que "não tem nada a ver uma coisa com a outra". Ao ser indagado sobre as críticas do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, à forma como foi demitido o ex-presidente do BNDES Joaquim Levy, que foi de-fenestrado pelo presidente numa conversa com jornalistas, Bolsonaro interrompeu a pergunta e declarou que essa é uma "opinião pessoal dele". Na segunda-feira, Maia se referiu ao episódio como "uma covardia sem precedentes"!

— Respeitamos. E somos livres para criticar — declarou Bolsonaro.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 19/06/2019****Seção: Brasil****Autor: Marina Torres****Título: Postos do DF voltam a aumentar a gasolina**

As oscilações no preço da gasolina no Distrito Federal têm deixado os motoristas aflitos. O Correio percorreu 33 postos no DF, ontem e constatou que, de um dia para o outro, sem razão aparente, pelo menos 13 deles aumentaram o preço do combustível, enquanto outros ainda aplicarão reajustes. No levantamento, o valor do litro do produto variou entre R\$ 3,96 (em postos no centro de Taguatinga) e R\$ 4,499 (Asa Norte).

De acordo com o presidente do Sindicombustíveis, Paulo Tavares, o que aconteceu foi uma recomposição normal de preços. “O litro da gasolina tinha caído R\$ 0,60 nos postos, mas, nas refinarias, a queda havia sido de apenas R\$ 0,25. As distribuidoras e os revendedores davam descontos, mas trabalhando no vermelho. Esse tipo de promoção dura no máximo 15 dias, do contrário dá prejuízo,” ressalta.

Para o autônomo Levi José Borges, 60, o ideal seria que o litro do combustível continuasse abaixo de R\$ 4,00. “Notei que a gasolina tem baixado de uns tempos para cá, apesar de as pessoas ainda estarem reclamando, eu estou achando bom. Mas seria bom se se mantivesse abaixo de R\$ 4,” afirmou.

A aposentada Nilva Ribeiro, 53, diz que as variações no preço da gasolina têm causado prejuízo para ela. “Ainda está caro. A gasolina aumenta de uma hora para outra e a gente fica sem entender. Eu não encho o tanque, porque sempre chega outro dia e o preço pode mudar. Não dá para sair bem”, opina.

*** Estagiária sob supervisão de Odail Figueiredo**

- **Variação dos preços no DF (em reais)**

Postos 17/6/2019 18/6/2019

Petrobras – Posto da Lava Jato 4,199 4,099

Petrobras – Eixo W 106 Sul 3,999 3,999

Petrobras – Eixo W 109 Sul 4,199 4,199

Shell – Eixo W 115 Sul 3,989 3,989

Petrobras – Eixo L 214 Sul 3,999 4,350

Petrobras – Eixo L 212 Sul 4,099 4,359
JarJour – Eixo L 210 Sul 4,359 4,359
Petrobras – Eixo L 207 Sul 3,989 4,359
PB – Eixo L 206 Sul 3,989 4,309
Melhor – Eixo L 204 Sul 4,459 4,459
Petrobras – Eixo L 202 Sul 3,989 4,199
Ipiranga – Eixo L 204 Norte 3,999 4,399
JarJour – Eixo L 206 Norte 4,359 4,359
Petrobras – Eixo L 208 Norte 3,999 4,359
Ipiranga – Eixo L 210 Norte 4,499 4,499
Shell – Eixo L 212 Norte 3,999 4,499
Petrobras – Eixo L 214 Norte 4,499 4,499
Ipiranga – Eixo W 115 Norte 4,499 4,499
Petrobras – Eixo W 113 Norte 3,999 4,499
Ipiranga – Eixo W 112 Norte 3,979 4,499
Petrobras – Eixo W 107 Norte 3,999 4,499
Petrobras – Eixo W 103 Norte 4,370 4,370
Petrobras – SIG Quadra 3 4,499 4,499
Shell – SIG Quadra 3 — 4,499
Garantia – EPTG 3,999 4,099
V-Tex – EPTG 3,999 3,997
Ipiranga – EPTG 3,999 3,999
Nenen's – Taguatinga 4,090 4,090
Shell – Taguatinga 3,990 4,450
Petrobrino – Taguatinga 3,969 3,960

MME / ASCOM .